Transporte Escolar Rural e Garantia do Direito à Educação no Município de Unistalda/RS

Rural School Transport and Guarantee of the Right to Education in the Municipality of Unistalda/RS

Tanise Cuti Guerra 1
Universidade Federal de Santa Maria/RS. Santa Maria, RS, Brasil
José Marcos Froehlich 2
Universidade Federal de Santa Maria/RS. Santa Maria, RS, Brasil

GT 07 - Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo: O transporte escolar rural se constitui como um suporte fundamental para a efetivação do direito à educação e para o desenvolvimento nos territórios rurais. Em municípios pequenos e com predominância rural, como Unistalda/RS, as longas distâncias, condições precárias de estradas e a dependência do transporte público representam obstáculos significativos ao acesso e à permanência dos estudantes na escola. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as condições e contribuições do transporte escolar para garantir o acesso à educação no município de Unistalda/RS, considerando sua relação com as políticas públicas educacionais e com a promoção do desenvolvimento rural. A pesquisa tem uma abordagem mista, de caráter quanti-qualitativo, com finalidade exploratória e descritiva. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, contendo duas aplicações: uma de questionário estruturado para estudantes das duas escolas da zona rural do município; e outra, de entrevistas semi-estruturadas com famílias, gestoras escolares e Secretaria Municipal de Educação. Os dados foram analisados e interpretados através do referencial teórico sobre desenvolvimento, educação do campo e políticas públicas. Os resultados evidenciam que o transporte escolar rural é fundamental para assegurar a permanência dos estudantes nas escolas localizadas no meio rural, constituindo, na maioria dos casos, o único meio de locomoção disponível para a freqüência escolar. Verificou-se, ainda, que o serviço apresenta uma boa regularidade e condições satisfatórias no âmbito do referido município. Conclui-se que o transporte escolar deve ser compreendido como uma política pública estratégica e indispensável para a redução das desigualdades sócio territoriais, a promoção do desenvolvimento rural e a efetivação do direito constitucional à educação no município de Unistalda/RS.
Palavra-chave: educação, desenvolvimento, transporte escolar.

Abstract: Rural school transportation is a fundamental support for the realization of the right to education and for development in rural areas. In small, predominantly rural municipalities, such as Unistalda/RS, long distances, poor road conditions, and dependence on public transportation represent significant obstacles to students' access to and retention in school. In this context, this research aims to analyze the conditions and contributions of school transportation to guarantee access to education in the municipality of Unistalda/RS, considering its relationship with public education policies and the promotion of rural development. The research has a mixed-methods approach, of a quantitative-qualitative nature, with an exploratory and descriptive purpose. The methodological procedures involved bibliographic research and field research, containing two applications: one of a structured questionnaire for students from the two rural schools in the municipality; and another, of semi-structured interviews with families, school administrators, and the Municipal Department of Education. The data were analyzed and interpreted through the theoretical framework on development, rural education, and public policies. The results show that rural school transportation is fundamental to ensuring the permanence of students in schools located in rural areas, constituting, in most cases, the only means of transportation available for school attendance. It was also found that the service presents good regularity and satisfactory conditions within the aforementioned municipality. It is concluded that school transportation should be understood as a strategic and indispensable public policy for reducing socio-territorial inequalities, promoting rural development, and realizing the constitutional right to education in the municipality of Unistalda/RS.
Keywords: education, development, school transportation.

1. Introdução

A educação constitui um direito social e um dos principais instrumentos para a promoção do desenvolvimento humano, social e territorial, estando assegurada pela Constituição Federal de 1988. Todavia, para a efetivação deste direito não basta apenas a existência das instituições de ensino, sendo necessário também garantir condições que possibilitem o acesso e a permanência dos estudantes no ambiente escolar. Nesse ínterim, o transporte escolar assume papel relevante, especialmente no meio rural, onde fatores como longas distâncias, precariedade de estradas e limitações econômicas representam obstáculos concretos à efetivação do direito à educação.

Em municípios de pequeno porte e com predominância rural, como Unistalda/RS, o transporte escolar constitui, frequentemente, o único meio de locomoção disponível para os estudantes frequentarem a escola. A ausência, irregularidade ou precariedade desse serviço impacta diretamente a frequência escolar, sendo compreendido como uma política pública estruturante indispensável ao desenvolvimento da população do campo.

As discussões acerca do desenvolvimento fundamentam-se na abordagem das capacitações de Amartya Sen (1999), segundo a qual o desenvolvimento está relacionado à ampliação das liberdades e capacidades dos indivíduos. Nessa perspectiva, a educação representa condição indispensável para o desenvolvimento e exercício de escolhas ao longo da vida. No meio rural, garantir transporte escolar adequado significa possibilitar o acesso à escola e, consequentemente, a ampliação dessas capacidades.

O debate também dialoga com as contribuições da Educação do Campo, especialmente a partir de Caldart (2004), que defende uma educação vinculada à realidade rural. Nesse contexto, a qualidade do transporte escolar assume relevância significativa, sobretudo diante das discussões sobre a qualidade dos serviços públicos educacionais. A gestão desse serviço é responsabilidade do poder público municipal, que possui maior proximidade com a realidade local, atuando no planejamento de rotas, gestão financeira e contratação de serviços, contribuindo para o rendimento escolar dos estudantes.

No município de Unistalda/RS, lócus desta pesquisa, o poder público municipal é o principal responsável pela organização e execução do transporte escolar rural, realizando o planejamento econômico, definição de rotas, contratação de prestadores e manutenção dos

veículos. Entre as políticas públicas voltadas ao setor, destaca-se o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), que visa à transferência de recursos financeiros para custear a manutenção dos veículos e melhorar as condições de deslocamento dos estudantes.

Apesar da existência de programas e marcos normativo, a ineficiência do transporte escolar rural ainda é uma realidade, podendo ocasionar evasão escolar, prejuízos no rendimento acadêmico e limitação de oportunidades futuras. A população rural enfrenta maiores dificuldades de acesso às instituições de ensino em razão de fatores geográficos e econômicos, tornando o transporte escolar elemento essencial para a redução das desigualdades educacionais e territoriais.

As políticas públicas desempenham papel central nesse processo, sendo responsáveis pela destinação de recursos e pela implementação de ações que garantam o acesso à educação. Historicamente, a educação no campo esteve condicionada a fatores sociais e geográficos que limitaram o acesso à escolarização, sendo o transporte escolar um dos principais instrumentos de superação dessas barreiras.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar de que forma o transporte escolar rural pode contribuir para a garantia do direito à educação e para a promoção do desenvolvimento humano no município de Unistalda/RS. Busca-se identificar as principais limitações do serviço, compreender seus impactos na frequência e permanência escolar, bem como analisar a percepção de estudantes, famílias e gestores sobre sua importância.

Além disso, pretende-se avaliar de que maneira as condições do transporte escolar influenciam o desempenho educacional e as oportunidades futuras dos estudantes, reconhecendo que o acesso físico à escola é condição indispensável para o pleno exercício do direito à educação. Assim, o transporte escolar deve ser compreendido não apenas como um serviço de apoio, mas como uma política pública estratégica para o desenvolvimento social e a redução das desigualdades.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender os desafios enfrentados pelas comunidades rurais, bem como subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes. A análise do transporte escolar sob essa perspectiva permite evidenciar sua relação com o desenvolvimento, a justiça social e a efetivação de direitos fundamentais.

2. Revisão da Literatura

A compreensão do desenvolvimento, no âmbito das ciências sociais, ultrapassa a idéia de crescimento econômico, abrangendo dimensões sociais, políticas, culturais e territoriais. Conforme Kageyama (2004), trata-se de um processo multifacetado, que envolve a melhoria das condições de vida e o acesso a direitos fundamentais, sendo a educação elemento central para a promoção do desenvolvimento humano.

A perspectiva teórica adotada fundamenta-se na abordagem das capacitações de Amartya Sen (1999), segundo a qual o desenvolvimento está relacionado à ampliação das liberdades individuais. Para o autor, a expansão das capacidades, entendidas como possibilidades reais de escolha e ação, constitui meio e fim do desenvolvimento, sendo o acesso à educação fator determinante para o exercício dessas liberdades.

No contexto rural, essa discussão assume maior relevância, considerando as dificuldades históricas de acesso aos serviços públicos, especialmente à educação. A desigualdade territorial, associada a distâncias geográficas, precariedade de infraestrutura e limitações econômicas, contribui para a exclusão educacional e a reprodução de desigualdades sociais.

Nesse cenário, a Educação do Campo busca reconhecer as especificidades do meio rural, defendendo uma educação contextualizada. Conforme Caldart (2004), deve estar vinculada às condições de vida, ao trabalho e à cultura das populações rurais, contribuindo para sua permanência no território. Assim, garantir o acesso à escola e as condições de frequência torna-se essencial. O transporte escolar rural configura-se como elemento fundamental para a viabilização desse direito, funcionando como elo entre estudantes e escola. Em muitos municípios, especialmente de pequeno porte, representa o único meio de deslocamento, sendo indispensável para assegurar frequência e permanência. Sua ausência ou precariedade pode gerar evasão escolar, baixo rendimento e limitação de oportunidades, evidenciando que não se trata apenas de um serviço logístico, mas de uma política pública estratégica para a equidade educacional e redução das desigualdades territoriais.

No Brasil, o direito à educação está assegurado pela Constituição Federal de 1988, sendo regulamentado pela LDB e pela Lei nº 10.880/2004, que institui políticas voltadas ao transporte escolar. Destaca-se o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

(PNATE), que visa oferecer assistência financeira para custear o transporte de estudantes da educação básica residentes em áreas rurais. Apesar desses instrumentos, persistem desafios relacionados à qualidade do serviço, regularidade das rotas, condições dos veículos e infraestrutura das vias, impactando diretamente a experiência escolar e evidenciando a necessidade de aprimoramento das políticas públicas.

A insuficiência do transporte escolar nas áreas rurais revela uma problemática que ultrapassa a dimensão educacional, afetando o desenvolvimento rural, a inserção no mercado de trabalho e a participação social, perpetuando desigualdades. Dessa forma, compreender o transporte escolar rural como política pública estratégica implica reconhecer sua importância para a promoção do desenvolvimento humano e territorial, contribuindo para a ampliação das capacidades dos indivíduos e o fortalecimento das comunidades rurais.

3. Metodologia

A presente pesquisa adota abordagem mista, de caráter qualitativo e quantitativo, com finalidade exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa de campo. A escolha do objeto decorre das vivências pessoais e familiares da pesquisadora no município de Unistalda/RS, possibilitando compreensão empírica prévia da realidade.

Inicialmente, realizou-se pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores das áreas da educação, políticas públicas, desenvolvimento e direito à educação, além de legislações pertinentes, permitindo a construção do referencial teórico.

Na sequência, desenvolveu-se a pesquisa de campo em duas etapas. A primeira consistiu na aplicação de questionário estruturado, baseado na escala Likert, com o objetivo de mensurar percepções sobre o transporte escolar rural, organizado em três eixos: acesso, segurança e qualidade do serviço. O instrumento foi aplicado a estudantes da Escola Municipal de Educação Infantil Nova Ação e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro Martins. Foram distribuídos 170 questionários em outubro de 2023, analisados com o auxílio do software SPSS.

A segunda etapa envolveu entrevistas semiestruturadas com seis famílias da zona rural, duas gestoras escolares e a Secretária Municipal de Educação, buscando aprofundar a compreensão sobre as condições do transporte escolar e suas implicações. As entrevistas

foram conduzidas com roteiros de questões abertas, favorecendo relatos detalhados. Também foram realizadas observações diretas das rotinas de deslocamento escolar.

Quanto aos aspectos éticos, asseguraram-se anonimato e confidencialidade, com identificação das famílias por códigos (F1 a F6) e denominações genéricas para as gestoras.

Por fim, os dados foram sistematizados e analisados à luz da literatura científica, estabelecendo relações entre resultados empíricos e referenciais teóricos, contribuindo para a compreensão do transporte escolar rural como política pública voltada à garantia do direito à educação.

4. Análise de Resultados

4.1 Caracterizações do Lócus da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no município de Unistalda/RS, no período de 2023 a 2025. O município foi criado em 28 de dezembro de 1995, por meio do Ato nº 01/95 da Lei Estadual nº 10.648, sendo anteriormente o 4º Distrito de Santiago/RS. Sua administração municipal é conduzida pelo prefeito José Gilnei Manara Manzoni.

De acordo com o Censo do IBGE, Unistalda possui área de 602, 260 km² e população aproximada de 2.047 habitantes, com densidade demográfica de 3,31 hab./km². A taxa de escolarização é de 100%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,649, e o PIB per capita é de R$64.642,76. A economia local apresenta predominância do setor rural, especialmente da agropecuária, da agricultura familiar e dos serviços públicos.

O território organiza-se em área urbana e sete comunidades rurais: Serra dos Vianas, Manoel de Freitas, Iguaraça, Cantina Vermelha, Nazaré, Juvêncio Machado e Serra dos Dorneles, fazendo divisa com Santiago, Itacurubi, Maçambará, São Borja e São Francisco de Assis. As principais vias de acesso são rodovias e estradas vicinais, utilizadas pelo transporte escolar para atender estudantes de diferentes localidades.

Essa caracterização é fundamental para compreender os desafios do transporte escolar rural e suas implicações no acesso e permanência dos estudantes.

O município possui três instituições de ensino: a EMEI Nova Ação, a Escola Álvaro Martins e uma escola de ensino médio, esta localizada na área urbana e não incluída na

pesquisa. A EMEI Nova Ação passou por processo de nucleação e atende 146 alunos, enquanto a escola rural de ensino fundamental conta com 44 estudantes matriculados.

Figura 2. EMEI. Nova Ação

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Figura 3. Escola Álvaro Martins

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Os alunos das escolas rurais dependem integralmente do transporte escolar. Segundo a Secretaria de Educação, o município dispõe de quatro ônibus próprios e quatro veículos terceirizados para garantir o deslocamento dos estudantes e atender ao PNATE.

4.2 Caracterizações das Famílias, Gestoras e Secretaria de Educação

4.2.1 Das Famílias

A caracterização das famílias e dos estudantes entrevistados permite compreender o contexto social, econômico e educacional em que estão inseridos. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas e questionários, considerando idade, escolaridade, renda, ocupação e aspectos socioculturais. Foram entrevistadas seis famílias, com integrantes entre 20 e 50 anos. As entrevistas foram realizadas com mulheres, evidenciando o protagonismo feminino na vida escolar, enquanto os homens, em sua maioria, estavam na lavoura, demonstrando a permanência de divisão tradicional de papéis de gênero.

Observa-se mudança no perfil familiar, com redução no número de filhos, impactando a manutenção das escolas do campo e reforçando a nucleação escolar. A religião predominante é a católica, refletindo a influência cultural da região. Quanto à escolaridade, duas famílias possuem ensino superior completo em Pedagogia e quatro com ensino médio

completo. Todos os filhos estão matriculados na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental.

No que se refere à renda, em quatro famílias as mulheres são donas de casa e os homens trabalham na lavoura, com renda média de um salário mínimo, caracterizando vulnerabilidade econômica. Conforme Bourdieu (2003), o capital social está relacionado às redes de relações e ao volume de capital econômico e cultural disponível. Nas demais famílias, as mulheres são servidoras públicas, garantindo maior estabilidade econômica. Segundo Bourdieu (1996), o capital cultural influencia o desempenho escolar. Nesse sentido, o transporte escolar rural contribui para minimizar desigualdades ao garantir o acesso à escola, sendo que quatro famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Os estudantes, com idades entre 6 e 14 anos, estão matriculados nas escolas do interior e possuem vínculos com o território, que, conforme Milton Santos (1996), deve ser compreendido como espaço de relações e pertencimento. A escola assume papel central na socialização, sendo o desenvolvimento territorial associado à valorização dos capitais sociais e culturais (Abramovay, 2000). De modo geral, o perfil das famílias revela baixa renda, vínculo com o trabalho agrícola e participação ativa das mulheres na vida escolar, reforçando a importância de políticas públicas educacionais voltadas à permanência e ao sucesso escolar em contextos rurais marcados por desigualdades.

4.2.2 Secretaria de Educação do município de Unistalda/RS

A entrevista realizada com a Secretaria Municipal de Educação de Unistalda/RS evidenciou aspectos centrais do transporte escolar rural, abrangendo elementos estruturais, financeiros e administrativos, com destaque para manutenção da frota, insuficiência de recursos, definição das linhas e comunicação com as famílias.

A gestora relatou a existência de um plano de fiscalização, desenvolvido com o CACS-FUNDEB, com diretrizes para contratação, conduta de alunos, motoristas e monitores, além de normas de segurança, como vistoria semestral dos veículos.

Quanto à manutenção, destacou-se a necessidade de planejamento contínuo e disponibilidade orçamentária, considerando o desgaste das estradas rurais. A comunicação com as famílias também foi apontada como fundamental diante de interrupções por problemas mecânicos, condições climáticas ou ausência de motoristas.

Em relação ao financiamento, a gestora afirmou que os recursos do PNATE são insuficientes para cobrir despesas como manutenção, combustível e pagamento de motoristas. Conforme relatado:

> "Estamos na gestão da Secretaria desde janeiro de 2025. Os recursos utilizados pelo município para o transporte são próprios. Possuímos quatro ônibus da rede municipal e três carros terceirizados que atendem bem à demanda do município." (Secretária de Educação, 2025)

Esse cenário evidencia que o transporte é mantido majoritariamente com recursos próprios, confirmando Cury (2005) quanto à descentralização das políticas educacionais sem suporte financeiro correspondente.

Dados do FNDE indicam que o município recebeu, em 2023, R$ 28.066,52, valor insuficiente frente ao custo anual estimado em R$ 666.422,66, exigindo aporte aproximado de R$ 638.000,00 de recursos próprios, evidenciando fragilidade no financiamento. Apesar disso, a gestão mantém controle da manutenção da frota, com revisões periódicas e vistorias em dia:

> "As manutenções estão todas em dia, assim como as vistorias e documentações. Realizamos manutenção semestral e uma revisão completa anualmente." (Secretária de Educação, 2025)

Esse esforço demonstra compromisso com a segurança e permanência escolar, em consonância com Libâneo (2013). Entretanto, a destinação de grande parte do orçamento ao transporte limita investimentos em outras áreas educacionais, refletindo, conforme Caldart (2004), um padrão histórico de insuficiência de recursos no meio rural.

Diante disso, evidencia-se a necessidade de revisão das políticas de financiamento da educação básica, com distribuição mais equilibrada de responsabilidades entre os entes federados e consideração das especificidades do meio rural, sendo o fortalecimento do financiamento essencial para garantir acesso, permanência e enfrentamento das desigualdades.

4.2.3 Percepção das Gestoras das escolas do município

Neste tópico, apresenta-se a percepção das gestoras das duas escolas rurais do município de Unistalda/RS.

4.2.3.1 A gestora da Escola Municipal de Educação Infantil Nova ação

A Escola Nova Ação, localizada no município de Unistalda/RS, foi fundada em 2022, durante a gestão do prefeito Gilnei Sanara Manzoni, como resultado do processo de nucleação das escolas do interior, visando concentrar as atividades em um espaço mais estruturado. A gestora atua desde a inauguração da escola, que atende estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, nos turnos da manhã e da tarde, oferecendo gratuitamente ensino, alimentação e transporte escolar.

Desde sua criação, o número de matrículas indica o crescimento e a relevância social da instituição na comunidade, acompanhando transformações locais e ampliando sua capacidade de atendimento a crianças de 4 a 11 anos.

Tabela 2 - número de matrículas - Escola Nova Ação

Ano	Número de matrículas
2022	53
2023	118
2024	159
2025	146

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP

A análise dos dados da Tabela 1 evidencia crescimento expressivo no número de matrículas entre 2022 e 2024, passando de 53 para 159 alunos. Em 2025, observa-se leve redução para 146 matrículas, o que confirma a consolidação da escola como referência no município, crescimento relacionado ao processo de nucleação escolar, comum em municípios pequenos e áreas rurais, no qual a escola passa a exercer função educacional, social e comunitária.

Outro fator refere-se aos investimentos em políticas públicas educacionais, como melhorias na infraestrutura e nas condições de ensino. Além disso, o aumento das matrículas reflete maior conscientização das famílias sobre a importância da escolarização. Após sua reestruturação, a Escola Nova Ação ampliou sua capacidade de atendimento, tornando-se referência local.

A fala da gestora reforça esse cenário. Atuando há três anos na função, a diretora destaca que a escola atende 146 estudantes de sete localidades, todos dependentes do transporte escolar, sendo esse serviço essencial para garantir a permanência dos alunos:

> "Ele (o transporte) está sempre disponível, nunca falta, todos chegam na hora e, quando tem algum contratempo, eu sempre aviso às famílias pelo WhatsApp." (Gestora, 2025)

A gestora ressalta a comunicação direta com motoristas e famílias por meio de WhatsApp, facilitando a gestão de imprevistos. O transporte é ofertado de forma contínua, ainda que alguns veículos operem com lotação máxima dentro dos limites legais.

No entanto, sua eventual ausência impacta o ensino-aprendizagem: "Nunca falta, mas se acontecer, a escola repassa atividades para os pais fazerem em casa." (Gestora, 2025). Essa situação evidencia desafios do meio rural, como a limitação de tempo das famílias e a falta de recursos, podendo aprofundar desigualdades. Além disso, o tempo de deslocamento é relevante, com estudantes percorrendo longas distâncias: "Tem alunos que saem 11h de casa para chegar 13h30 na escola." (Gestora, 2025).

Esse cenário confirma a análise de Caldart (2004), ao destacar que fatores estruturais, como a distância, impactam a permanência e o desempenho escolar. Do mesmo modo, Arroyo (2004) enfatiza que a garantia do direito à educação depende de condições concretas de acesso.

Dessa forma, o crescimento das matrículas representa uma mudança estrutural na organização da educação rural local, sendo a permanência dos estudantes diretamente relacionada ao transporte escolar, elemento central para a garantia do direito à educação.

4.2.3.2 A gestora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro Martins

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro Martins, localizada em Unistalda/RS, foi fundada em 1997 e atende atualmente 44 estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. A gestora está à frente da instituição há quatro anos.

O número de matrículas mantém-se historicamente baixo, especialmente quando comparado à Escola Municipal de Educação Infantil Nova Ação. A instituição possui quatro turmas com número reduzido de alunos, situação relacionada à existência de uma escola na zona urbana que atende ao mesmo nível de ensino.

Tabela 3 - número de matrículas - Escola Municipal de Ensino Fundamental Álvaro Martins

Ano	Número de matrículas
2022	31
2023	35
2024	35
2025	44

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP

A gestora informou que o transporte escolar rural atende adequadamente à demanda da escola, embora com menor número de veículos em relação à EMEI Nova Ação, devido ao menor quantitativo de alunos.

Ao avaliar o serviço, destacou:

> "O transporte escolar atende todos os alunos da escola. Desde o início da minha gestão, nunca houve casos de estudantes que não conseguissem retornar para suas casas. O que acontece, de vez em quando, é algum atraso, mas que sempre é comunicado à escola." (Gestora, 2025)

O relato evidencia que o transporte assegura o acesso e retorno dos estudantes, embora atrasos ocasionais revelem fragilidades que impactam a rotina escolar e familiar. A gestora afirma a suficiência do serviço, destacando, inclusive, a presença de alunos oriundos da área urbana que utilizam o transporte para estudar no meio rural. Tal percepção indica funcionamento regular, ainda que condicionado por desafios como longas distâncias. Conforme Caldart (2004), o transporte constitui apenas um dos fatores que influenciam a permanência escolar. Sobre a ausência do serviço, a gestora relatou a experiência durante a pandemia: "A gente já teve isso na pandemia, mas os materiais eram impressos, porque nem todas as famílias têm habilidade com o digital [...] o transporte escolar entregava os malotes de atividades nas residências." (Gestora, 2025)

A fala evidencia limitações no acesso às tecnologias, revelando desigualdades educacionais entre o meio rural e urbano. A alternativa de materiais impressos, embora eficaz, demonstra fragilidade na garantia de condições equitativas de aprendizagem. Em relação às condições climáticas, destacou que quando chove na localidade muitos alunos não freqüentam a escola, pois o transporte não consegue acessar algumas localidades.

Esse aspecto evidencia a dependência do transporte escolar e a vulnerabilidade das rotas rurais, confirmando a análise de Caldart (2004) sobre a influência das condições territoriais na permanência escolar.

A escola mantém comunicação contínua com famílias e motoristas, por meio de grupos de WhatsApp e contato direto, o que favorece a gestão de imprevistos. Não há registros de reclamações, destacando-se a segurança no transporte e a manutenção regular, sob fiscalização municipal. Observa-se que a articulação entre escola, famílias e poder público contribui para minimizar limitações estruturais. No entanto, conforme Arroyo (2012), a garantia do direito à educação exige políticas públicas que considerem as especificidades territoriais e assegurem investimentos contínuos, sendo o esforço conjunto elemento fundamental para a permanência escolar.

4.3 Caminhos do Acesso Escolar no Meio Rural: Transporte e Permanência dos Estudantes de Unistalda/RS

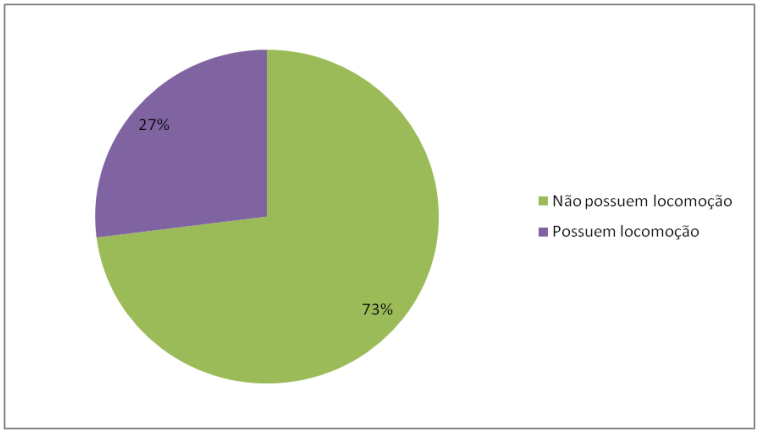
4.3.1 Locomoção escolar e acessibilidade no campo

Apesar dos avanços, o município de Unistalda/RS ainda apresenta limitações que impactam o desenvolvimento social, econômico e educacional, em razão de suas características rurais, baixa densidade demográfica e reduzido número de instituições de ensino. Destacam-se desafios como a nucleação escolar, a falta de recursos para deslocamento próprio, o tempo de trajeto e as condições precárias das estradas. O fechamento de escolas na zona rural e a concentração dos estudantes na Escola Municipal de Educação Infantil Nova Ação evidenciam esse processo.

Conforme Caldart (2004), a nucleação das escolas do campo pode resultar na perda do vínculo comunitário e na negação do direito de estudar no local de origem. A ampliação das distâncias torna os estudantes dependentes do transporte escolar, impondo trajetos longos e desgastantes.

A centralidade do transporte escolar é confirmada pelos dados da pesquisa (Gráfico 1), que indicam que 72,9% dos estudantes não conseguiriam frequentar a escola sem esse serviço, enquanto 27,1% possuem alternativas, demonstrando que o transporte escolar constitui mecanismo essencial de inclusão e redução de desigualdades no meio rural (Carvalho, Leite & Nascimento, 2015).

Gráfico 1- Locomoção secundária dos alunos para escola



Fonte: Dados coletados e elaborados pela autora (2023)

Apesar dos avanços, o município de Unistalda/RS ainda apresenta limitações que impactam o desenvolvimento social, econômico e educacional, em razão de suas características rurais, baixa densidade demográfica e reduzido número de instituições de ensino.

Destacam-se desafios como a nucleação escolar, a ausência de meios próprios de deslocamento, o tempo de trajeto e as condições precárias das estradas. O fechamento de escolas na zona rural e a concentração dos estudantes na EMEI Nova Ação evidenciam esse processo. Conforme Bourdieu e Passeron (1992), ao desconsiderar desigualdades culturais, a escola pode contribuir para sua reprodução, reforçando desigualdades sociais já existentes.

Caldart (2004) aponta que a nucleação pode resultar na perda de vínculos comunitários e na negação do direito de estudar no local de origem. Contudo, no caso de Unistalda/RS, observa-se que esse processo também trouxe avanços, como melhoria na estrutura escolar e maior regularidade no transporte.

Para preservar a identidade das participantes, as famílias foram identificadas como F1 a F6. O relato da Família 1 evidencia dificuldades no deslocamento:

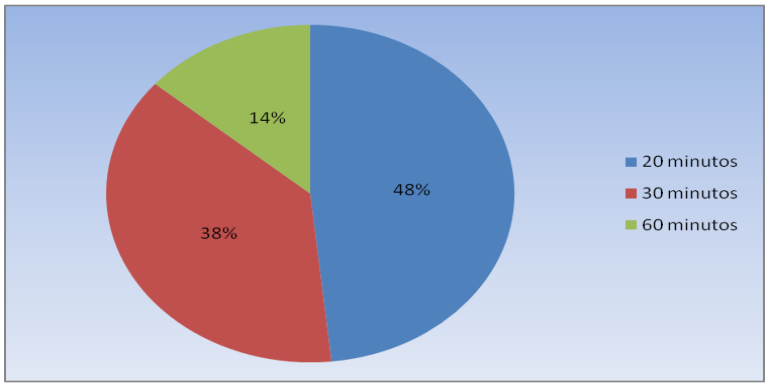
> "Meu filho leva cerca de 30 minutos para ir até a escola. Ele precisa caminhar um quilômetro para chegar à parada do ônibus [...] a estrada é ruim, mas não temos outro meio de transporte." (F1, 2025)

O depoimento revela a dependência do transporte escolar, as longas distâncias percorridas a pé e as condições precárias das vias, expressando desigualdades territoriais.

Nesse sentido, Bourdieu (1992) destaca que as desigualdades escolares refletem desigualdades culturais e estruturais mais amplas.

A situação da Família 2, embora mais favorável, confirma essa dependência, informando que o transporte passa na frente da residência, porém o estudante permanece cerca de 25 minutos no ônibus, sem outro meio de locomoção. Os dados do Gráfico 2 corroboram esses relatos: 86% dos estudantes permanecem entre 20 e 30 minutos no transporte escolar, enquanto 14% enfrentam trajetos de cerca de 60 minutos, o que pode gerar desgaste físico e impactar o desempenho escolar (Lopes et al., 2020).

Gráfico 2- Tempo médio para chegar até a escola



Dados coletados e elaborados pela autora (2023)

A análise dos dados e relatos evidencia que o transporte escolar constitui um dos principais fatores que influenciam o acesso à educação no meio rural.

As famílias F3, F4, F5 e F6 relataram que seus filhos utilizam o transporte desde o início da vida escolar. Segundo os responsáveis, o serviço atende à demanda, sem registros frequentes de atrasos e com embarque próximo às residências. Contudo, o tempo de deslocamento, que pode chegar a 40 minutos, permanece relevante na rotina escolar.

Nesse contexto, a atuação do poder público é fundamental, pois, conforme Alencar (2013), programas do Ministério da Educação subsidiam a aquisição de veículos, buscando garantir condições seguras. Contudo, persistem dificuldades relacionadas ao isolamento geográfico e às condições das estradas, sendo que 27,1% dos participantes consideram as vias precárias.

Arroyo (2007) destaca que o tempo prolongado de deslocamento, aliado à precariedade das vias, pode tornar a experiência escolar desgastante, contribuindo para evasão e baixo desempenho (Filho, Nogueira & Paula, 2020). Por outro lado, os questionários revelam avaliação positiva quanto à pontualidade: 83,12% concordam que o serviço é regular, enquanto 12,99% se mantêm neutros e 3,90% apontam discordância.

Em síntese, a dependência do transporte escolar é permanente entre os estudantes da zona rural de Unistalda, sendo fundamental para garantir o acesso à escola. As longas distâncias, o tempo de deslocamento e as condições das estradas configuram barreiras que impactam o desempenho e aumentam o risco de evasão, evidenciando que sua eficácia depende de condições estruturais adequadas.

4.3.2 Segurança no transporte escolar

O tópico anterior evidenciou desafios relacionados às distâncias, ao tempo de deslocamento e às condições das estradas, que impactam o acesso e a permanência dos estudantes na escola. Destaca-se também a importância da segurança no transporte escolar como elemento fundamental para a efetivação do direito à educação.

Nesse contexto, este estudo analisa os dados do questionário aplicado aos alunos, com foco nas condições de segurança dos veículos, considerando uso de cintos, presença de monitores, manutenção, equipamentos de emergência e conservação. A Tabela 1 apresenta os percentuais dessas variáveis no município de Unistalda/RS, permitindo avaliar a qualidade e a proteção oferecidas aos estudantes.

Tabela 4. Variáveis de segurança e qualidade do transporte escolar

Variáveis	Número de alunos	Percentual	Resultado
Cinto de segurança	48	25%	Nunca utilizaram o cinto de segurança no TER.
Uso de extintor	48	87,6%	Há extintor no TER e Manutenção preventiva.
Presença de monitor	48	83,3%	Há presença de monitores no TER.
Vidro	48	98%	Vidros do TER em boas condições.
Manutenção de veículos	48	35,4%	Ocorre a devida manutenção nos veículos do TER.

Fonte: Dados coletados e elaborados pela autora (2023)

4.3.3 Segurança no transporte escolar

O primeiro aspecto analisado foi o uso do cinto de segurança. Conforme a Tabela 1, 25% dos estudantes afirmaram nunca utilizá-lo, evidenciando preocupação quanto à segurança, dado reforçado pelo relato da Família 1, que destaca que crianças menores utilizam o cinto, enquanto as maiores muitas vezes deixam de usar.

No Brasil, o uso do cinto é obrigatório, conforme o artigo 65 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), cabendo aos responsáveis garantir o cumprimento da norma. Dados do IBGE (2015), em parceria com o Ministério da Saúde, indicam que apenas 44,8% da população rural utiliza o dispositivo.

A pesquisa também apontou que 87,6% dos estudantes afirmaram a presença de extintores nos veículos, enquanto 83,3% relataram a existência de monitores, indicando avanços nas condições de segurança, fato reforçado pela fala da Família 1, que menciona a presença de mais de um monitor em alguns casos.

O monitor desempenha papel fundamental no transporte escolar, garantindo a organização e a segurança dos estudantes e permitindo que o motorista se concentre na condução do veículo.

5. Considerações finais

Considerando a educação como direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, e diante das desigualdades presentes no meio rural, esta pesquisa reafirma que o transporte escolar constitui elemento essencial para a efetivação desse direito no município de Unistalda/RS. Mais do que um meio de deslocamento, o transporte configura-se como condição estruturante para o acesso e a permanência dos estudantes na escola.

Os resultados evidenciam que, em razão das longas distâncias entre residências e instituições de ensino, o transporte escolar assume papel central, sendo indispensável para a maioria dos estudantes. Sem sua oferta regular e adequada, o acesso à educação torna-se inviável.

No que se refere às limitações, destaca-se a insuficiência de recursos financeiros, uma vez que o município arca com mais de 80% dos custos do serviço. Apesar da existência de políticas públicas como o PNATE e o Programa Caminhos da Escola, os repasses federais

mostram-se insuficientes para atender à demanda local. Ainda assim, o transporte escolar não é ausente, sendo garantido a todos os estudantes.

A análise das percepções de estudantes, famílias e gestoras reforça a importância do serviço. As famílias destacam a dependência do transporte, especialmente em função das distâncias e das condições econômicas, embora reconheçam que o serviço atende às necessidades de deslocamento. Os estudantes apontam o tempo prolongado de trajeto como principal dificuldade, enquanto a oferta de transporte regular e seguro contribuem para a permanência escolar.

As gestoras, por sua vez, destacam a organização e a pontualidade do serviço, bem como sua abrangência em todas as localidades do município. Ressaltam ainda a presença de monitores, a organização dos embarques e o uso de canais de comunicação direta com famílias e motoristas, o que contribui para a segurança e eficiência do transporte.

No âmbito da gestão pública, a Secretaria Municipal de Educação aponta que o município investe mais de R$600.000,00 anuais em recursos próprios para garantir o funcionamento do transporte escolar, incluindo manutenção e abastecimento. Esse dado evidencia o esforço do poder público em assegurar o acesso à educação, mesmo diante de limitações financeiras. Essas evidências reforçam que o transporte escolar rural deve ser compreendido como política estruturante da educação do campo. Quando ofertado de forma adequada, contribui para a redução da evasão, aumento da frequência escolar e melhoria da aprendizagem.

Sob a perspectiva do desenvolvimento humano, conforme Amartya Sen, o transporte escolar pode ser entendido como instrumento de ampliação de capacidades e liberdades. Ao garantir o acesso à educação, possibilita melhores oportunidades e contribui para a redução das desigualdades, promovendo justiça social e dignidade às populações rurais.

Referências

ABRAMOVAY R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada. 2000 ; 4 (abr./jun 2000): 379-397

ALENCAR, J. H. P. **Transporte escolar: via legal para uma educação de qualidade**. Ceará: MPF, 2006.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART; Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel G. ***Ofício de Mestre: imagens e autoimagens***. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 5o edição. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm. Acesso em: 26 ago. 2023.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARVALHO, Willer Luciano; LEITE, Poliana de Sousa; NASCIMENTO, Heitor Pereira. **O processo evolutivo do transporte escolar rural brasileiro no modo rodoviário.** Revista Eletrônica de Engenharia Civil, v. 13, n. 1, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Financiamento da educação básica: entre a garantia do direito e a prática federativa.** Educação & Sociedade, v. 26, n. 92, p. 799-819, 2005.

FILHO, Samuel Anselmo; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite; PAULA, Marinez dos Santos de. *A trajetória da política pública de transporte escolar rural no modo aquaviário*. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 31, p. 413–426, jan./dez. 2020. DOI: 10.32930/nuances.v31i0.8335

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Política Nacional de transporte escolar-2021 a 2024. **Brasilia:** FNDE, 2024.

GLASENAPP, Sirlei; MARIN, Solange Regina (org.). *Ensaios sobre o pensamento de Amartya Kumar Sen: contribuições teóricas e aplicadas à economia*. Santa Maria: Editora UFSM, 2018

KAGEYAMA. A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LOPES, S. G.; XAVIER, L. M. C.; SILVA, A. L. S. Rendimento escolar: Um estudo comparativo entre alunos da área urbana e da área rural em uma escola pública do Piauí. **Ensaio:** Avaliação e Políticas Públicas em Educação.São Paulo, Out.2020 Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802371. Acesso em: 15 ago.2024.

Moraes, L. B., & Marinho, A. (2017). Brizoletas: um passeio pela memória, patrimônio cultural e educação. Educação, *42*(3), 615–628. https://doi.org/10.5902/1984644427356

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 259p.

SILVA, Clarinda Isabel Soares da. Preconceitos etnoculturais: meio rural e meio urbano. 2007. 92 f. Dissertação (**Mestrado em Relações Interculturais**) – Universidade Aberta, Lisboa, 2007. Disponível em: tps://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/623/1/LC323.pdf.